

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial -	57
---------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	58
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	59
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações Unidade</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	53.096.770.180
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>53.096.770.180</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	6.542.402	4.740.640
1.01	Ativo Circulante	1.547.410	1.629.969
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	376.266	438.679
1.01.03	Contas a Receber	793.003	901.924
1.01.03.01	Clientes	793.003	901.924
1.01.04	Estoques	4.648	3.555
1.01.06	Tributos a Recuperar	29.395	23.755
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	29.395	23.755
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	294	304
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	29.101	23.451
1.01.07	Despesas Antecipadas	14.333	13.579
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	329.765	248.477
1.01.08.03	Outros	329.765	248.477
1.01.08.03.01	Outros Ativos	112.506	91.986
1.01.08.03.02	Derivativos	0	156.491
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial	217.259	0
1.02	Ativo Não Circulante	4.994.992	3.110.671
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.051.978	2.181.832
1.02.01.04	Contas a Receber	24.241	26.464
1.02.01.04.01	Clientes	24.241	26.464
1.02.01.07	Tributos Diferidos	65.972	19.459
1.02.01.07.02	Créditos Fiscais Diferidos	65.972	19.459
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	292	308
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.961.473	2.135.601
1.02.01.10.03	Derivativos	157.471	199.980
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	209.960	198.269
1.02.01.10.05	Outros tributos a compensar	25.713	24.790
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro da Concessão	1.731.525	1.602.976
1.02.01.10.07	Outros Ativos	678	678
1.02.01.10.08	Ativo Financeiro Setorial	19.268	108.908
1.02.01.10.09	PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	1.816.858	0
1.02.04	Intangível	943.014	928.839
1.02.04.01	Intangíveis	943.014	928.839
1.02.04.01.02	Ativo Contratual	191.065	159.983
1.02.04.01.03	Intangível	751.949	768.856

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	6.542.402	4.740.640
2.01	Passivo Circulante	1.557.879	2.206.635
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	24.939	17.442
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	24.939	17.442
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	24.939	17.442
2.01.02	Fornecedores	661.770	688.754
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	661.770	688.754
2.01.03	Obrigações Fiscais	177.107	183.479
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	58.850	49.246
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	27.827	9.118
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	4.579	5.305
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	21.212	24.547
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Federais	5.232	5.301
2.01.03.01.05	IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio	0	4.975
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	117.775	133.595
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	117.775	133.595
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	482	638
2.01.03.03.01	Outras Obrigações Municipais	482	638
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	169.810	653.433
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	37.634	482.829
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	37.541	29.939
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	93	452.890
2.01.04.02	Debêntures	132.176	170.604
2.01.04.02.01	Debêntures	132.176	170.604
2.01.05	Outras Obrigações	524.253	663.527
2.01.05.02	Outros	524.253	663.527
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	236.473	348.377
2.01.05.02.05	Passivo Financeiro Setorial	0	41.514
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	178.438	215.689
2.01.05.02.08	Taxas Regulamentares	25.165	16.028
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência Privada	84.177	41.919
2.02	Passivo Não Circulante	4.536.791	2.345.812
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.925.421	1.495.398
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.164.739	859.882
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	645.064	318.122
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	519.675	541.760
2.02.01.02	Debêntures	760.682	635.516
2.02.01.02.01	Debêntures	760.682	635.516
2.02.02	Outras Obrigações	2.566.265	801.719
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	101.058	100.006
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	101.058	100.006
2.02.02.02	Outros	2.465.207	701.713
2.02.02.02.03	Fornecedores	1.379	2.748
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	460.357	522.184
2.02.02.02.05	Derivativos	4.700	0
2.02.02.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	163.792	161.959

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	18.121	14.822
2.02.02.02.09	PIS/COFINS devolução consumidores	1.816.858	0
2.02.04	Provisões	45.105	48.695
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	45.105	48.695
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	265	230
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.644	30.870
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	14.138	16.548
2.02.04.01.05	Outros	1.058	1.047
2.03	Patrimônio Líquido	447.732	188.193
2.03.01	Capital Social Realizado	258.497	253.909
2.03.02	Reservas de Capital	37.552	42.140
2.03.04	Reservas de Lucros	304.699	304.699
2.03.04.01	Reserva Legal	34.032	34.032
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	270.667	270.667
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	266.280	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-419.296	-412.555

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.320.399	2.651.875	966.775	2.060.159
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.095.812	-2.124.347	-819.510	-1.691.667
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-939.225	-1.833.521	-695.408	-1.433.697
3.02.02	Custo com Operação - Amortização	-25.869	-51.452	-24.605	-49.323
3.02.03	Custo com Operação - Outros	-61.353	-118.799	-48.311	-100.899
3.02.04	Custo com Serviço Prestado a Terceiros	-69.365	-120.575	-51.186	-107.748
3.03	Resultado Bruto	224.587	527.528	147.265	368.492
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-76.643	-138.868	-72.195	-136.925
3.04.01	Despesas com Vendas	-40.968	-71.604	-37.451	-69.379
3.04.01.01	Amortização	-213	-442	-144	-299
3.04.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-18.989	-28.200	-17.608	-28.738
3.04.01.03	Outras Despesas com Vendas	-21.766	-42.962	-19.699	-40.342
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.119	-59.693	-31.466	-60.271
3.04.02.01	Amortização	-4.133	-7.855	-4.803	-8.455
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-27.986	-51.838	-26.663	-51.816
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.556	-7.571	-3.278	-7.275
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	147.944	388.660	75.070	231.567
3.06	Resultado Financeiro	14.726	24.132	67	46.620
3.06.01	Receitas Financeiras	33.523	65.895	18.242	91.380
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.797	-41.763	-18.175	-44.760
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	162.670	412.792	75.137	278.187
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-58.331	-146.512	-27.747	-99.642
3.08.01	Corrente	-137.031	-189.552	-400	-485
3.08.02	Diferido	78.700	43.040	-27.347	-99.157
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	104.339	266.280	47.390	178.545
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	104.339	266.280	47.390	178.545
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
3.99.01.01	ON	1,97	5,01	0,89	3,36

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	104.339	266.280	47.390	178.545
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.443	-6.741	-1.925	97.565
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais, líquido dos efeitos tributários	0	0	0	84.126
4.02.02	Risco de Crédito na Marcação a Mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-3.443	-6.741	-1.925	13.439
4.03	Resultado Abrangente do Período	100.896	259.539	45.465	276.110



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	50.435	193.328
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	493.389	368.039
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	412.792	278.187
6.01.01.02	Amortização	59.749	58.077
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	4.332	5.460
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	-43.559	-26.656
6.01.01.05	Despesa (Receita) com Entidade de Previdência Privada	24.991	17.709
6.01.01.06	Perda (Ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	6.884	6.524
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	28.200	28.738
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-442.954	-174.711
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	83.128	76.885
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-6.563	-3.682
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-10.207	410
6.01.02.04	Contas a Receber - CDE	-6.578	14.075
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	-119.866	-60.615
6.01.02.08	Outros Ativos Operacionais	-36.084	-31.317
6.01.02.09	Fornecedores	-28.353	-70.419
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-169.993	-31.662
6.01.02.11	Outros Tributos e Contribuições Sociais	-25.384	40.064
6.01.02.12	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-44.560	-19.193
6.01.02.13	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-28.675	-38.580
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	9.137	-35.909
6.01.02.15	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-8.826	-13.613
6.01.02.17	Passivo Financeiro Setorial	-45.503	-44.663
6.01.02.18	Contas a Pagar CDE	-8.051	9.244
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	3.424	34.264
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-134.962	2.530
6.02.02	Adições de Ativo Contratual	-134.962	-98.368
6.02.06	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados (resgates)	0	100.898
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	22.114	346.634
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	605.585	544.618
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-652.906	-269.885
6.03.03	Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-111.904	0
6.03.06	Liquidação de Operações com Derivativos	181.339	71.901
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-62.413	542.492
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	438.679	237.019
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	376.266	779.511

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	253.909	42.140	304.699	0	-412.556	188.192
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	253.909	42.140	304.699	0	-412.556	188.192
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	266.280	-6.740	259.540
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	266.280	0	266.280
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.740	-6.740
5.05.02.07	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, liquidados dos efeitos tributários	0	0	0	0	-6.740	-6.740
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	4.588	-4.588	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de capital	4.588	-4.588	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	258.497	37.552	304.699	266.280	-419.296	447.732

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	249.321	46.729	580.620	0	-312.646	564.024
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	249.321	46.729	580.620	0	-312.646	564.024
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-196.057	0	0	-196.057
5.04.08	Aprovação da Proposta de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio	0	0	-196.057	0	0	-196.057
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	178.545	97.565	276.110
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	178.545	0	178.545
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	97.565	97.565
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido de efeitos tributários	0	0	0	0	13.440	13.440
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais, líquido dos efeitos tributários	0	0	0	0	84.125	84.125
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	4.588	-4.588	0	0	0	0
5.06.04	Aumento de Capital	4.588	-4.588	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	253.909	42.141	384.563	178.545	-215.081	644.077

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
7.01	Receitas	4.035.380	3.211.390
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.943.360	3.132.649
7.01.02	Outras Receitas	120.219	107.479
7.01.02.01	Receita Relativa à Construção da Infraestrutura de Concessão	120.219	107.479
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-28.199	-28.738
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.290.360	-1.826.069
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.042.684	-1.603.850
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-195.747	-174.186
7.02.04	Outros	-51.929	-48.033
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.745.020	1.385.321
7.04	Retenções	-59.960	-58.203
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-59.960	-58.203
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.685.060	1.327.118
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	69.413	93.717
7.06.02	Receitas Financeiras	69.413	93.717
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.754.473	1.420.835
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.754.473	1.420.835
7.08.01	Pessoal	100.756	88.550
7.08.01.01	Remuneração Direta	45.262	41.746
7.08.01.02	Benefícios	51.512	42.924
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.982	3.880
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.342.262	1.106.238
7.08.02.01	Federais	716.318	600.312
7.08.02.02	Estaduais	624.645	504.476
7.08.02.03	Municipais	1.299	1.450
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45.175	47.502
7.08.03.01	Juros	43.169	45.596
7.08.03.02	Aluguéis	2.006	1.906
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	266.280	178.545
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	266.280	178.545

## Comentário do Desempenho

### Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	2º Trimestre		Variação
	2021	2020	
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.990.877</b>	<b>1.537.028</b>	<b>29,5%</b>
Fornecimento de energia elétrica (*)	1.232.180	1.027.340	19,9%
Suprimento de energia elétrica	191.936	77.302	148,3%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	69.205	51.081	35,5%
Outras receitas operacionais	403.167	253.701	58,9%
Ativo e passivo financeiro setorial	94.388	127.603	-26,0%
Deduções da receita operacional	(670.477)	(570.253)	17,6%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.320.399</b>	<b>966.775</b>	<b>36,6%</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(939.225)</b>	<b>(695.408)</b>	<b>35,1%</b>
Energia comprada para revenda	(749.010)	(614.732)	21,8%
Encargo de uso do sist transm distrib	(190.215)	(80.676)	135,8%
<b>Custo e despesa operacional</b>	<b>(233.232)</b>	<b>(196.297)</b>	<b>18,8%</b>
Pessoal	(42.200)	(38.356)	10,0%
Entidade de previdência privada	(12.495)	(8.015)	55,9%
Material	(6.525)	(5.391)	21,0%
Serviço de terceiros	(38.587)	(32.155)	20,0%
Amortização	(30.215)	(29.552)	2,2%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(69.205)	(51.081)	35,5%
Outros	(34.002)	(31.747)	7,1%
<b>Resultado do serviço</b>	<b>147.944</b>	<b>75.070</b>	<b>97,1%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>14.726</b>	<b>67</b>	<b>21953,3%</b>
Receitas financeiras	33.523	18.242	83,8%
Despesas financeiras	(18.797)	(18.175)	3,4%
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>162.670</b>	<b>75.137</b>	<b>116,5%</b>
Contribuição social	(15.966)	(7.606)	109,9%
Imposto de renda	(42.365)	(20.140)	110,3%
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>104.339</b>	<b>47.390</b>	<b>120,2%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>178.159</b>	<b>104.622</b>	<b>70,3%</b>

(\*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 24)

### Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 2º trimestre de 2021 foi de R\$ 1.990.877, apresentando aumento de 29,5% (R\$ 453.849) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.921.672, apresentando um aumento de 29,3% (R\$ 435.725) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 19,9% (R\$ 204.840) principalmente pelo (i) aumento de 16,5% (R\$ 169.245) na tarifa média, decorrente principalmente do Reajuste Tarifário Anual ("RTA") de outubro de 2020 de 9,82% (percepção do consumidor), aplicação da bandeira tarifária 4,82% (amarela/vermelha no 2º trimestre de 2021 comparada com verde no 2º trimestre de 2020) compensado por redução da alíquota efetiva de PIS e COFINS 1,30% e (ii) aumento de 3,0% (R\$ 35.595) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada), impactada principalmente pelos efeitos das medidas restritivas adotadas no 2º trimestre de 2020 para contenção da pandemia do coronavírus (COVID-19);

## Comentário do Desempenho

- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 148,3% (R\$ 114.634) principalmente pelo (i) aumento na venda de energia comercializada no curto prazo (R\$ 113.074) principalmente em decorrência do aumento na tarifa média em função do aumento do preço de liquidação de diferenças ("PLD"), compensado pela redução no volume de energia comercializado e (ii) aumento na venda de energia para outras permissionárias (R\$ 1.560);
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 58,9% (R\$ 149.466) basicamente pelos aumentos: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD (R\$ 90.138) em função principalmente do aumento no volume de energia transportada e RTA de outubro de 2020, (ii) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 43.308) principalmente em função do aumento da variação do indexador (IPCA) e (iii) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético "CDE" e subvenção da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias "CCRBT" (R\$ 12.921);
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** redução de receita de 26,0% (R\$ 33.215), principalmente: (i) diferimento de sobrecontratação, CDE, neutralidade e repasse de Itaipu (R\$ 187.297), compensado parcialmente por (ii) aumento nos diferimentos ESS/EER, custo de energia, rede básica e Proinfa (R\$ 123.923) e (iii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 28.107).

### ➤ Quantidade de energia vendida

No 2º trimestre de 2021, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, apresentou crescimento de 7,0% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. Esse crescimento se deve ao bom desempenho das principais classes de consumo, sendo que os crescimentos das classes comercial e industrial refletem principalmente o período de intensa restrição à atividade econômica ocorrida no 2º trimestre de 2020 devido à pandemia da covid-19.

O consumo da classe residencial representa 55,2% do total do mercado total fornecido pela distribuidora e registrou crescimento de 4,8% no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento reflete principalmente o efeito do incremento da quantidade de unidades consumidoras.

A classe comercial, que representa 20,9% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou crescimento de 10,9% no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento reflete principalmente o período de intensa restrição no 2º trimestre de 2020 causada pela pandemia da covid-19.

A classe industrial, que representa 10,8% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou crescimento de 18,5% no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Assim como a classe comercial, esse crescimento da classe industrial também reflete principalmente o período de intensa restrição no 2º trimestre de 2020 causada pela pandemia da covid-19.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público, concessionárias e permissionárias) participam com 13,1% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram crescimento de 2,3% no 2º trimestre de 2021 devido principalmente a resultados positivos nas classes poder público (crescimento de 8,0%), serviço público (crescimento de 4,3%) e permissionárias (crescimento de 2,5%).

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve crescimento de 15,1% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe foi de 4,8% no residencial, 19,0% no comercial, 22,4% no industrial e 9,0% nas demais classes de consumo.

## Comentário do Desempenho

### Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 2º trimestre de 2021 foram de R\$ 670.477, apresentando um aumento de 17,6% (R\$ 100.224) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente em: (i) ICMS, PIS e COFINS (R\$ 97.133) principalmente em função do aumento na base de cálculo, (ii) bandeiras tarifárias (R\$ 9.180), (iii) Programa de P&D e eficiência energética (R\$ 2.950), compensado parcialmente por (iv) CDE (R\$ 10.139) principalmente em função da redução da cota CDE em 2021.

### Custo com energia elétrica

No 2º trimestre de 2021 o custo com energia elétrica foi de R\$ 939.225, apresentando um aumento de 35,1% (R\$ 243.817), em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação é explicada:

- i. **Energia comprada para revenda:** aumento de 21,8% (R\$ 134.278) basicamente em função: (i) aumento de 20,5% (R\$ 138.671) no preço médio, justificado principalmente pelo aumento na compra de energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais, compensado por redução na compra de energia da CCEE disponibilidade e energia de Itaipu decorrente da redução do dólar no 2º trimestre de 2021, (ii) aumento de 1,2% (R\$ 9.890) no volume de energia comprada compensado por (iii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 13.436).
- ii. **Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição:** aumento de 135,8% (R\$ 109.539) impactado principalmente por: (i) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 75.611) principalmente em função de maior acionamento de UTEs fora da ordem de mérito por motivo de segurança energética e registro no 2º trimestre de 2020 de recurso financeiro do fundo de reserva para minimizar os impactos da pandemia do coronavírus (COVID-19) conforme Despacho ANEEL 986/2020 via CCEE, (ii) encargos de rede básica (R\$ 45.001) em função do reajuste tarifário das Transmissoras e novos pontos de instalações de transmissões, compensado parcialmente por (iii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 11.165).

### Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 233.232 no 2º trimestre de 2021, apresentando um aumento de 18,8% (R\$ 36.935) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 164.027, apresentando um aumento de 13,0% (R\$ 18.811).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

#### ➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 133.809 no 2º trimestre de 2021, um aumento de 15,7% (R\$ 18.145) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 10,0% (R\$ 3.844) principalmente efeitos do acordo coletivo de 2021;
- ii. **Entidade de previdência privada:** aumento de 55,9% (R\$ 4.480) principalmente pelos registros dos ajustes em função de laudo atuarial;

## Comentário do Desempenho

- iii. **Serviços de terceiros:** aumento de 20,0% (R\$ 6.432) principalmente: (i) reaviso, corte e religação (R\$ 2.434) principalmente em função da redução da execução de serviços em 2020 reflexo da pandemia do coronavírus (COVID-19), (ii) call center (R\$ 1.430), (iii) poda de árvores (R\$ 1.176), (iv) recuperação de inadimplência e cobrança (R\$ 743) e (v) manutenção de hardware e software (R\$ 681);
- iv. **Outros:** aumento de 7,1% (R\$ 2.255) principalmente (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 1.381) e (ii) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 1.127).

### Amortização:

A amortização no 2º trimestre de 2021 foi de R\$ 30.215, apresentando um aumento de 2,2% (R\$ 663) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior principalmente pelas adições na base de ativos ocorridas no período.

### Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido no 2º trimestre de 2021 apresentou uma despesa líquida de R\$ 14.726, um aumento de R\$ 14.659 em relação a despesa líquida apresentada no mesmo trimestre do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** aumento de 83,8% (R\$ 15.281) principalmente (i) atualização monetária de faturas e parcelamento (R\$ 7.957), (ii) ajuste ao valor justo (R\$ 4.165) e (iii) acréscimos e multas moratórias (R\$ 1.982);
- **Despesas financeiras:** aumento de 3,4% (R\$ 622) principalmente em (i) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 11.608), (ii) atualização da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (R\$ 1.420), (iii) juros sobre contrato de mútuo (R\$ 840), compensado parcialmente por (iv) ajuste ao valor justo (R\$ 13.318).

### Contribuição social e imposto de renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada no 2º trimestre de 2021 foi de R\$ 58.331, apresentando aumento de 110,2% (R\$ 30.585) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a variação da base tributável do período.

### Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 2º trimestre de 2021 um lucro líquido de R\$ 104.339, com aumento de 120,2% (R\$ 56.949), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 2º trimestre de 2021 foi de R\$ 178.159, apresentando aumento de 70,3% (R\$ 73.537) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.



**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020**  
 (Em milhares de Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	376.266	438.679
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	793.003	901.924
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	294	304
Outros tributos a compensar	7	29.101	23.451
Derivativos	30	-	156.491
Ativo financeiro setorial	8	217.259	-
Estoques		4.648	3.555
Outros ativos	11	126.839	105.565
<b>Total do circulante</b>		<b>1.547.410</b>	<b>1.629.969</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	24.241	26.464
Depósitos judiciais	20	209.960	198.269
Outros tributos a compensar	7	25.713	24.790
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	7.1	1.816.859	-
Ativo financeiro setorial	8	19.268	108.908
Derivativos	30	157.471	199.980
Créditos fiscais diferidos	9	65.972	19.459
Ativo financeiro da concessão	10	1.731.525	1.602.976
Outros ativos	11	970	986
Ativo contratual	12	191.065	159.983
Intangível	13	751.949	768.856
<b>Total do não circulante</b>		<b>4.994.993</b>	<b>3.110.671</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>6.542.402</b>	<b>4.740.640</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020**  
 (Em milhares de Reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	661.770	688.754
Empréstimos e financiamentos	15	37.634	482.829
Debêntures	16	132.176	170.604
Entidade de previdência privada	17	84.177	41.919
Taxas regulamentares	18	25.165	16.028
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	27.827	9.118
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	149.281	174.361
Dividendo e juros sobre capital próprio	28	236.473	348.377
Obrigações estimadas com pessoal		24.939	17.442
Passivo financeiro setorial	8	-	41.514
Outras contas a pagar	21	178.438	215.688
<b>Total do circulante</b>		<b>1.557.879</b>	<b>2.206.635</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	14	1.379	2.748
Empréstimos e financiamentos	15	1.164.739	859.882
Debêntures	16	760.682	635.516
Entidade de previdência privada	17	460.357	522.184
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	163.792	161.959
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	45.104	48.695
Mútuo com controladora	28	101.058	100.006
Derivativos	30	4.700	-
PIS/COFINS devolução consumidores	7.1	1.816.859	-
Outras contas a pagar	21	18.121	14.823
<b>Total do não circulante</b>		<b>4.536.791</b>	<b>2.345.812</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	22	258.497	253.909
Reserva de capital		37.552	42.140
Reserva legal		34.032	34.032
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		270.667	270.667
Resultado abrangente acumulado		(419.296)	(412.556)
Lucros acumulados		266.280	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>447.732</b>	<b>188.193</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>6.542.402</b>	<b>4.740.640</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ  
 Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020  
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2021		2020	
		2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita operacional líquida	24	1.320.399	2.651.875	966.775	2.060.159
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	25	(939.225)	(1.833.521)	(695.408)	(1.433.697)
Custo com operação		(87.224)	(170.251)	(72.916)	(150.222)
Amortização		(25.869)	(51.452)	(24.605)	(49.323)
Outros custos com operação	26	(61.354)	(118.799)	(48.311)	(100.900)
Custo do serviço prestado a terceiros	26	(69.365)	(120.575)	(51.186)	(107.748)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>224.586</b>	<b>527.528</b>	<b>147.265</b>	<b>368.491</b>
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(40.968)	(71.604)	(37.451)	(69.379)
Amortização		(213)	(442)	(144)	(299)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(18.989)	(28.200)	(17.608)	(28.738)
Outras despesas com vendas	26	(21.766)	(42.962)	(19.699)	(40.342)
Despesas gerais e administrativas		(32.119)	(59.693)	(31.466)	(60.271)
Amortização		(4.133)	(7.855)	(4.803)	(8.455)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(27.986)	(51.839)	(26.663)	(51.816)
Outras despesas operacionais	26	(3.556)	(7.571)	(3.278)	(7.274)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>147.944</b>	<b>388.660</b>	<b>75.070</b>	<b>231.567</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>147.944</b>	<b>388.660</b>	<b>75.070</b>	<b>231.567</b>
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		33.523	65.895	18.242	91.380
Despesas financeiras		(18.797)	(41.763)	(18.175)	(44.760)
		<b>14.726</b>	<b>24.132</b>	<b>67</b>	<b>46.620</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>162.670</b>	<b>412.792</b>	<b>75.137</b>	<b>278.187</b>
Contribuição social	9	(15.966)	(39.703)	(7.606)	(26.602)
Imposto de renda	9	(42.365)	(106.809)	(20.140)	(73.041)
		<b>(58.331)</b>	<b>(146.513)</b>	<b>(27.746)</b>	<b>(99.643)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>104.339</b>	<b>266.280</b>	<b>47.390</b>	<b>178.545</b>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	23	1,97	5,01	0,89	3,36

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de Junho de 2021 e 2020**  
 (Em milhares de Reais)

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro líquido do período	104.339	266.280	47.390	178.545
Outros resultados abrangentes	(3.443)	(6.741)	(1.925)	97.565
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>				
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	84.126
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	(3.443)	(6.741)	(1.925)	13.439
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>100.896</b>	<b>259.539</b>	<b>45.465</b>	<b>276.110</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2021  
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
				Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	253.909	42.140	34.032	270.667		(412.556)	-	188.193
<b>Resultado abrangente total</b>								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	266.280	266.280
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	(6.741)	-	(6.741)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>								
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>258.497</b>	<b>37.552</b>	<b>34.032</b>	<b>270.667</b>		<b>(419.296)</b>	<b>266.280</b>	<b>447.732</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2020  
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
				Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Dividendo			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	249.321	46.729	28.067	356.496	196.057	(312.646)	-	564.024
<b>Resultado abrangente total</b>								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	178.545	178.545
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	84.126	-	84.126
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	13.439	-	13.439
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>								
Aumento de capital	4.588	(4.588)	-	-	-	-	-	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>								
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(196.057)	-	-	(196.057)
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>253.909</b>	<b>42.141</b>	<b>28.067</b>	<b>356.496</b>	<b>-</b>	<b>(215.080)</b>	<b>178.545</b>	<b>644.077</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020**  
 (Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>412.792</b>	<b>278.187</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	59.749	58.077
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.332	5.460
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.200	28.738
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	(43.559)	(26.656)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	24.991	17.709
Perda (ganho) na baixa de não circulante	6.884	6.524
	<b>493.389</b>	<b>368.039</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	83.128	76.885
Tributos a compensar	(6.563)	(3.682)
Depósitos judiciais	(10.207)	410
Ativo financeiro setorial	(119.866)	(60.615)
Contas a receber - CDE	(6.578)	14.075
Outros ativos operacionais	(36.084)	(31.317)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	(28.353)	(70.419)
Outros tributos e contribuições sociais	(25.384)	40.064
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(44.560)	(19.193)
Taxas regulamentares	9.137	(35.909)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(8.826)	(13.613)
Passivo financeiro setorial	(45.503)	(44.663)
Contas a pagar - CDE	(8.051)	9.244
Outros passivos operacionais	3.424	34.264
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>249.103</b>	<b>263.570</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(28.675)	(38.580)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(169.993)	(31.662)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>50.435</b>	<b>193.328</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	-	100.898
Adições de ativo contratual	(134.962)	(98.368)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>	<b>(134.962)</b>	<b>2.530</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	605.585	544.618
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(652.907)	(269.885)
Liquidação de operações com derivativos	181.339	71.901
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(111.904)	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>22.113</b>	<b>346.634</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(62.414)</b>	<b>542.492</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>438.679</b>	<b>237.019</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>376.266</b>	<b>779.511</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020**  
 (Em milhares de Reais)

	<b>1º Semestre 2021</b>	<b>1º Semestre 2020</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>4.035.380</b>	<b>3.211.390</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.943.360	3.132.649
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	120.219	107.478
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(28.200)	(28.738)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(2.290.360)</b>	<b>(1.826.069)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(2.042.684)	(1.603.850)
2.2 Material	(80.188)	(74.740)
2.3 Serviços de terceiros	(115.559)	(99.446)
2.4 Outros	(51.928)	(48.033)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>1.745.020</b>	<b>1.385.321</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(59.960)</b>	<b>(58.203)</b>
4.1 Amortização	(59.960)	(58.203)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>1.685.060</b>	<b>1.327.118</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>69.414</b>	<b>93.717</b>
6.1 Receitas financeiras	69.414	93.717
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>1.754.473</b>	<b>1.420.835</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>100.756</b>	<b>88.550</b>
8.1.1 Remuneração direta	45.262	41.746
8.1.2 Benefícios	51.512	42.924
8.1.3 F.G.T.S	3.982	3.880
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>1.342.262</b>	<b>1.106.239</b>
8.2.1 Federais	716.318	600.312
8.2.2 Estaduais	624.646	504.476
8.2.3 Municipais	1.299	1.450
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>45.175</b>	<b>47.502</b>
8.3.1 Juros	43.169	45.596
8.3.2 Aluguéis	2.006	1.905
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>266.280</b>	<b>178.545</b>
8.4.1 Lucros retidos	266.280	178.545
	<b>1.754.473</b>	<b>1.420.835</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na cidade de Campinas, estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,8 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

#### **1.1 Capital Circulante Líquido Negativo:**

Em 30 de junho de 2021, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 10.469 (R\$ 576.666 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

#### **1.2 Impactos do COVID-19**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas informações contábeis intermediárias. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que o COVID -19 possa provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde, incluindo pesquisa e desenvolvimento, e aplicação de vacinas.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;



## Notas Explicativas

- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão dos cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda a partir de 1 de abril até 30 de junho de 2021, o qual foi prorrogado até 30 de setembro de 2021, conforme REN nº 936 da ANEEL. Além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período de pandemia, sendo as mais relevantes:

- Isenção para a parcela de consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) dos consumidores das classes residenciais de baixa renda, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020.
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID 19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Mais informações sobre a sobre a Conta COVID e como afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa 1.3 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o semestre findo em 30 de junho de 2021, a Companhia concluiu que não houve efeitos relevantes relacionados à pandemia em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como dos impactos relacionados as medidas de restrição. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações contábeis intermediárias.

### Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID 19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o

## Notas Explicativas

Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 (“CP35/2020”) no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento das presentes informações contábeis intermediárias. Em continuidade ao processo de estabelecimento da regulamentação do equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL decidiu por abrir 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 entre os dias 16/12/2020 e 01/02/2021. Adicionalmente, nesta mesma fase da consulta pública optou-se por colocar em discussão as regras para alocação dos custos dos empréstimos da Conta COVID e da sobrecontratação para o ano de 2020, reflexo do cenário de pandemia.

A Companhia aguarda o desfecho da regulamentação para avaliar as medidas a serem tomadas.

### **( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

#### **2.1 Base de preparação**

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 9 de agosto de 2021.

#### **2.2 Base de mensuração**

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

#### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

## Notas Explicativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada; e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 7 – Tributos a compensar: critérios e premissas sobre a exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 30);
- Nota 11 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 12 – Ativo contratual: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 13 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 15 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 16 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Entidade de previdência privada: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota 30 – Instrumentos Financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

### 2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

### 2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## ( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota 3 – Sumário das principais políticas contábeis, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## ( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

## Notas Explicativas

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

### Intangível e ativo contratual:

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

### Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador, ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

## ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos bancários	11.002	41.121
Aplicações financeiras	365.265	397.558
Títulos de crédito privado (*)	365.265	397.557
Fundos de investimento	-	1
<b>Total</b>	<b><u>376.266</u></b>	<b><u>438.679</u></b>

(\*) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 330.240 (R\$ 304.439 em 31 de dezembro de 2020) e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante R\$ 35.025 (R\$ 93.118 em 31 de dezembro de 2020), ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo e baixo risco de crédito e com remuneração equivalente, na média, a 99,51% do CDI (99,78% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

**Notas Explicativas****( 6 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/06/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>					
<b>Classes de consumidores</b>					
Residencial	145.591	108.662	22.288	276.542	293.452
Industrial	9.289	11.041	21.092	41.422	46.847
Comercial	24.647	12.267	6.333	43.248	47.260
Rural	1.481	1.502	218	3.200	3.221
Poder público	7.720	992	104	8.816	7.746
Iluminação pública	12.346	67	229	12.642	12.851
Serviço público	10.402	272	2.853	13.527	11.933
<b>Faturado</b>	<b>211.476</b>	<b>134.803</b>	<b>53.117</b>	<b>399.397</b>	<b>423.309</b>
Não faturado	273.342	-	-	273.342	277.142
Parcelamento de débito de consumidores	42.827	9.995	7.139	59.962	60.769
Operações realizadas na CCEE	148.817	-	-	148.817	218.008
Concessionárias e permissionárias	3.341	-	-	3.341	2.371
	<b>679.804</b>	<b>144.798</b>	<b>60.257</b>	<b>884.859</b>	<b>981.599</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(91.857)	(79.675)
<b>Total</b>				<b>793.003</b>	<b>901.924</b>
<b>Não circulante</b>					
Parcelamento de débito de consumidores	16.033	-	-	16.033	18.256
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
<b>Total</b>	<b>24.241</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.241</b>	<b>26.464</b>

**Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 30.f.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(79.675)</b>	<b>(2.684)</b>	<b>(82.359)</b>
Provisão revertida (constituída) liquida	(53.096)	(184)	(53.279)
Recuperação de receita	25.080	-	25.080
Baixa de contas a receber provisionadas	15.834	-	15.834
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>(91.857)</b>	<b>(2.868)</b>	<b>(94.724)</b>

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

**Notas Explicativas****( 7 ) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	294	304
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>294</b>	<b>304</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.653	1.646
ICMS a compensar	18.433	17.431
Programa de integração social - PIS	1.955	804
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	6.012	3.519
Outros	48	50
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>29.101</b>	<b>23.451</b>
<b>Total circulante</b>	<b>29.394</b>	<b>23.755</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
ICMS a compensar	25.713	24.790
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>25.713</b>	<b>24.790</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>25.713</b>	<b>24.790</b>

**7.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:**

<b>Ativo</b>	<b><u>30/06/2021</u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>	
PIS sobre ICMS	324.088
COFINS sobre ICMS	1.492.770
<b>Total não circulante</b>	<b>1.816.859</b>
<b>Passivo</b>	<b><u>30/06/2021</u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>	
PIS/COFINS devolução consumidores	1.816.859

Tendo em vista (i) a recente decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, embora a ação da Companhia ainda não tenha decisão final transitado em julgado, foram reconhecidos os créditos de PIS e COFINS sobre o tema.

Assim, em junho de 2021 a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 1.816.859.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial como créditos fiscais de PIS e COFINS está limitada ao prazo prescricional de 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública nº 05/2021, em andamento.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito, mas serve tão somente para refletir o posicionamento da referida Consulta Pública em andamento da ANEEL.

## Notas Explicativas

### (8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2020			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Saldo em 30/06/2021		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
<b>Parcela "A"</b>	<b>249.194</b>	<b>(60.630)</b>	<b>188.564</b>	<b>128.018</b>	<b>29.756</b>	<b>4.510</b>	<b>380.362</b>	<b>(29.515)</b>	<b>350.847</b>
CVA (*)									
CDE (**)	6.438	21.195	27.633	19.300	(16.594)	602	26.119	4.822	30.941
Custos energia elétrica	48.817	(174.466)	(125.649)	(119.066)	109.568	(592)	(70.593)	(65.146)	(135.739)
ESS e EER (***)	37.093	(17.157)	19.935	57.938	12.828	46	95.718	(4.971)	90.747
Proinfa	-	(11.911)	(11.911)	8.175	8.305	(37)	8.250	(3.718)	4.532
Rede básica	41.238	16.385	57.623	16.603	(11.302)	804	58.423	5.304	63.726
Repasse de Itaipu	158.089	65.145	223.234	132.427	(47.879)	3.922	292.566	19.138	311.704
Transporte de Itaipu	4.666	2.402	7.068	2.957	(1.655)	124	7.700	794	8.493
Neutralidade dos encargos setoriais	(24.573)	13.873	(10.700)	(28.342)	(8.635)	(401)	(53.317)	5.238	(48.079)
Sobrecontratação	(22.574)	23.905	1.331	38.027	(14.880)	44	15.497	9.025	24.522
<b>Outros componentes financeiros</b>	<b>(30.389)</b>	<b>(90.781)</b>	<b>(121.170)</b>	<b>(8.051)</b>	<b>15.648</b>	<b>(746)</b>	<b>(39.186)</b>	<b>(75.134)</b>	<b>(114.320)</b>
<b>Total</b>	<b>218.805</b>	<b>(151.412)</b>	<b>67.394</b>	<b>119.967</b>	<b>45.403</b>	<b>3.764</b>	<b>341.176</b>	<b>(104.649)</b>	<b>236.527</b>
<b>Ativo circulante</b>			-						217.259
<b>Ativo não circulante</b>			108.908						19.268
<b>Passivo circulante</b>			(41.514)						-

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

## Notas Explicativas

### ( 9 ) DÉBITOS E CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

#### 9.1 Composição dos débitos e créditos fiscais:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b><u>Crédito (Débito) de contribuição social</u></b>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	7.592	8.110
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>8.626</u>	<u>(4.294)</u>
<b>Subtotal</b>	<b>16.218</b>	<b>3.816</b>
<b><u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u></b>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	26.055	27.832
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>23.699</u>	<u>(12.188)</u>
<b>Subtotal</b>	<b>49.754</b>	<b>15.643</b>
<b>Total</b>	<b><u>65.972</u></b>	<b><u>19.459</u></b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes do benefício fiscal do intangível incorporado e das diferenças temporariamente indedutíveis, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

#### 9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro semestre de 2021 e 2020, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3%.



## Notas Explicativas

### 9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	30/06/2021		31/12/2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.111	11.420	4.433	12.313
Entidade de previdência privada	7.858	21.828	6.074	16.872
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.525	23.681	7.412	20.590
Provisão energia livre	2.199	6.107	2.171	6.030
Programas de P&D e eficiência energética	5.842	16.229	5.344	14.845
Provisão relacionada a pessoal	925	2.570	1.085	3.013
Marcação a mercado - Derivativos	(866)	(2.406)	(2.253)	(6.260)
Marcação a Mercado - Dívidas	(2.355)	(6.541)	360	1.000
Derivativos	(13.121)	(36.447)	(29.908)	(83.078)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(804)	(2.234)	(859)	(2.386)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(50.179)	(139.386)	(43.610)	(121.138)
Perdas atuariais	3.541	9.835	3.541	9.835
Outros	541	1.241	428	927
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Perdas atuariais	43.283	120.231	43.283	120.231
Marcação a mercado - Derivativos	238	660	79	220
Marcação a Mercado - Dívidas	(1.112)	(3.090)	(1.872)	(5.202)
<b>Total</b>	<b>8.626</b>	<b>23.699</b>	<b>(4.294)</b>	<b>(12.188)</b>

### 9.4 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados no primeiro semestre de 2021 e 2020:

	CSLL			
	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>162.670</b>	<b>412.792</b>	<b>75.137</b>	<b>278.187</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(303)	(303)	(464)	(464)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	8.271	17.304	5.006	11.957
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.032	1.907	379	1.445
<b>Base de cálculo</b>	<b>171.669</b>	<b>431.699</b>	<b>80.058</b>	<b>291.125</b>
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
<b>Crédito (Débito) fiscal apurado</b>	<b>(15.450)</b>	<b>(38.853)</b>	<b>(7.205)</b>	<b>(26.201)</b>
Provisão para riscos fiscais	(516)	(850)	(401)	(401)
<b>Total</b>	<b>(15.966)</b>	<b>(39.703)</b>	<b>(7.606)</b>	<b>(26.602)</b>
Corrente	(36.844)	(51.186)	(401)	(415)
Diferido	20.877	11.483	(7.205)	(26.187)
	IRPJ			
	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>162.670</b>	<b>412.792</b>	<b>75.137</b>	<b>278.187</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(303)	(303)	(464)	(464)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	8.271	17.304	5.006	11.957
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(1.179)	(2.555)	883	2.484
<b>Base de cálculo</b>	<b>169.459</b>	<b>427.238</b>	<b>80.562</b>	<b>292.163</b>
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
<b>Total</b>	<b>(42.365)</b>	<b>(106.809)</b>	<b>(20.140)</b>	<b>(73.041)</b>
Corrente	(100.188)	(138.367)	-	(71)
Diferido	57.823	31.557	(20.140)	(72.970)

(\*) Programa de incentivo de inovação tecnológica.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

## Notas Explicativas

### ( 10 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>1.602.976</b>
Transferência - ativo contratual	57.853
Transferência - intangível em serviço	(57)
Ajuste ao valor justo	74.414
Baixas	(3.660)
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>1.731.525</b>

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do período.

No primeiro semestre de 2021, o valor das baixas de R\$ 3.660 (R\$ 2.398 no primeiro semestre de 2020) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 1.423 (R\$ 997 no primeiro semestre de 2020) e à baixa do ativo de R\$ 2.237 (R\$ 1.401 no primeiro semestre de 2020).

### ( 11 ) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamentos - Plano de previdência privada	1.190	1.071	678	678
Adiantamentos - fornecedores	2.982	1.621	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	54	54	-	-
Ordens em curso	54.063	47.648	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.787	1.321	-	-
Despesas antecipadas	14.333	13.579	292	308
Contas a receber - CDE	21.005	14.427	-	-
Adiantamentos a funcionários	6.176	2.951	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	9.026	9.582	-	-
Faturas diversas	1.910	3.513	-	-
Outros	17.182	12.480	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.868)	(2.684)	-	-
<b>Total</b>	<b>126.839</b>	<b>105.565</b>	<b>970</b>	<b>986</b>

**Contas a receber – CDE:** refere-se às (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 3.182 (R\$ 3.143 em 31 de dezembro de 2020) e (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 17.823 (R\$ 11.284 em 31 de dezembro de 2020), nota 24.3.

### ( 12 ) ATIVO CONTRATUAL

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>159.983</b>
Adições	136.857
Transferência - Intangível em serviço	(47.922)
Transferência - Ativo financeiro	(57.853)
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>191.065</b>

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

**Notas Explicativas****( 13 ) INTANGÍVEL**

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, infraestrutura de distribuição em serviço e outros intangíveis:

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>768.039</b>	<b>817</b>	<b>768.856</b>
Custo histórico	2.246.405	2.109	2.248.514
Amortização acumulada	(1.478.366)	(1.292)	(1.479.658)
Amortização	(59.624)	(335)	(59.960)
Transferência - ativo contratual	47.459	464	47.922
Transferência - ativo financeiro	57	-	57
Baixa e transferência - outros ativos	(4.927)	-	(4.927)
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>751.003</b>	<b>946</b>	<b>751.949</b>
Custo histórico	2.242.691	2.573	2.245.264
Amortização acumulada	(1.491.688)	(1.627)	(1.493.315)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

**( 14 ) FORNECEDORES**

	30/06/2021	31/12/2020
<b><u>Circulante</u></b>		
Encargos de serviço do sistema	32.974	48.947
Suprimento de energia elétrica	454.895	459.686
Encargos de uso da rede elétrica	57.918	60.102
Materiais e serviços	70.418	75.029
Energia livre	45.565	44.990
<b>Total</b>	<b>661.770</b>	<b>688.754</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Materiais e serviços	1.379	2.748
<b>Total</b>	<b>1.379</b>	<b>2.748</b>

## Notas Explicativas

**( 15 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2021
<b>Moeda nacional</b>							
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Pós Fixado</b>							
IPCA	354.582	-	(15.302)	23.914	-	(7.872)	355.323
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Pré Fixado</b>							
Marcação a mercado	-	340.000	-	6.222	-	-	346.222
	-	-	-	(12.852)	-	-	(12.852)
<b>Total moeda nacional</b>	<b>354.582</b>	<b>340.000</b>	<b>(15.302)</b>	<b>17.284</b>	<b>-</b>	<b>(7.872)</b>	<b>688.694</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(6.521)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>433</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.088)</b>
<b>Moeda estrangeira</b>							
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
Dólar	303.337	-	(323.615)	2.851	22.033	(4.607)	-
Euro	725.726	-	(151.575)	2.468	(43.957)	(2.604)	530.057
Marcação a mercado	(34.414)	-	-	24.124	-	-	(10.290)
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>994.650</b>	<b>-</b>	<b>(475.190)</b>	<b>29.443</b>	<b>(21.924)</b>	<b>(7.211)</b>	<b>519.768</b>
<b>Total</b>	<b>1.342.711</b>	<b>340.000</b>	<b>(490.492)</b>	<b>47.161</b>	<b>(21.924)</b>	<b>(15.083)</b>	<b>1.202.373</b>
<b>Circulante</b>	<b>482.829</b>						<b>37.634</b>
<b>Não circulante</b>	<b>859.882</b>						<b>1.164.739</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/06/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Moeda nacional</b>					
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Pós Fixado</b>					
<b>IPCA</b>					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,80% (a)	355.323	354.582	2020 a 2028	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		355.323	354.582		
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Empréstimos bancários (Lei 4.131)</b>					
	Pré fixado de 6,1574% (b)	346.222	-	2024	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
<b>Marcação a mercado</b>					
		(12.852)	-		
<b>Total moeda nacional</b>		<b>688.694</b>	<b>354.582</b>		
<b>Gastos com captação (*)</b>		<b>(6.088)</b>	<b>(6.521)</b>		
<b>Moeda estrangeira</b>					
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Dólar</b>					
<b>Empréstimos bancários (Lei 4.131)</b>					
	US\$ + Libor 3 meses + de 0,95% a 1,41%	-	69.374	2019 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
<b>Empréstimos bancários (Lei 4.131)</b>					
	US\$ + 1,96% a 3,27%	-	233.963	2020 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		-	303.337		
<b>Euro</b>					
<b>Empréstimos bancários (Lei 4.131)</b>					
	Euro + 0,70% a 0,78%	530.057	725.726	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		530.057	725.726		
<b>Marcação a mercado</b>					
		(10.290)	(34.414)		
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>519.768</b>	<b>994.650</b>		
<b>Total</b>		<b>1.202.373</b>	<b>1.342.711</b>		
<b>Circulante</b>		<b>37.634</b>	<b>482.829</b>		
<b>Não circulante</b>		<b>1.164.739</b>	<b>859.882</b>		

(\*) Conforme (CPC 48) referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

**Taxa efetiva a.a.:**

(a) De 60% a 110% do CDI

(b) 6,1574% a.a.

## Notas Explicativas

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classifica suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 30 de junho de 2021, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 23.142 (R\$ 34.414 em 31 de dezembro de 2020), que compensados com as perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 5.228 (R\$ 10.522 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação cambial e monetária (nota 30.b), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 17.914 (R\$ 23.892 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

### Ano de vencimento

A partir de 01/07/2022	14.313
2023	34.401
2024	378.442
2025	568.407
2026	38.442
2027 a 2028	153.877
<b>Subtotal</b>	<b>1.187.881</b>
Marcação a mercado	(23.142)
<b>Total</b>	<b>1.164.739</b>

### Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro e taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
		em 2021	Líquido dos gastos de captação					
Moeda nacional								
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	340.000	340.000	340.000	Semestral	Parcela única em março de 2024	Capital de Giro	6,1574% a.a.	CDI + 0,69% a.a.

### Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2021, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia S.A.

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia S.A. para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em

## Notas Explicativas

conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de junho de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

### ( 16 ) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2021
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	503.127	-	(162.415)	5.047	(5.633)	340.126
IPCA	70.202	-	-	4.780	(1.801)	73.181
<b>Total ao custo</b>	<b>573.329</b>	<b>-</b>	<b>(162.415)</b>	<b>9.827</b>	<b>(7.434)</b>	<b>413.307</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(4.421)</b>	<b>(8.415)</b>	<b>-</b>	<b>803</b>	<b>-</b>	<b>(12.033)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
IPCA	219.610	274.000	-	19.511	(6.158)	506.963
Marcação a mercado	17.602	-	-	(32.981)	-	(15.379)
<b>Total ao valor justo</b>	<b>237.212</b>	<b>274.000</b>	<b>-</b>	<b>(13.470)</b>	<b>(6.158)</b>	<b>491.584</b>
<b>Total</b>	<b>806.120</b>	<b>265.585</b>	<b>(162.415)</b>	<b>(2.840)</b>	<b>(13.592)</b>	<b>892.859</b>
Circulante	170.604					132.176
Não circulante	635.516					760.682

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/06/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Pós fixado</b>					
CDI	107% a 109,5 % do CDI	(a) 340.126	503.127	2018 a 2021	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,29%	(b) 73.181	70.202	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia
<b>Total mensuradas ao custo</b>		<b>413.307</b>	<b>573.329</b>		
<b>Gastos com captação (*)</b>		<b>(12.033)</b>	<b>(4.421)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Pós fixado</b>					
IPCA	IPCA + 5,80%	(b) 228.854	219.610	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 4,30%	(c) 278.109	-	2029 a 2031	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		(15.379)	17.602		
<b>Total mensuradas ao valor justo</b>		<b>491.584</b>	<b>237.212</b>		
<b>Total</b>		<b>892.859</b>	<b>806.120</b>		
Circulante		132.176	170.604		
Não circulante		760.682	635.516		

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

#### Taxa efetiva a.a.:

(a) De 107,84% a 110,77% do CDI / CDI + 0,89%

(b) IPCA +5,42 a 6,31%

(c) CDI + 1,48%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de

## Notas Explicativas

confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

Em 30 de junho de 2021 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 15.379 (perda acumulada não realizada de R\$ 17.602 em 31 de dezembro de 2020), que somados aos ganhos obtidos não realizados com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 12.211 (R\$ 34.680 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 30.b), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 27.590 (R\$ 17.078 em 31 de dezembro de 2020).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

### Ano de vencimento

2023	139.123
2024	253.885
2025	110.763
2026 a 2031	272.291
<b>Subtotal</b>	<b>776.061</b>
Marcação a mercado	(15.379)
<b>Total</b>	<b>760.682</b>

### Adições no período:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
		em 2021	Líquido dos gastos de captação						
Moeda nacional - IPCA									
12ª Emissão	274.000	274.000	265.585	Semestral	03 Parcelas anuais a partir de maio de 2029	(a)	IPCA + 4,3% a.a.	CDI + 8,20% a.a.	CDI + 0,43% a.a.

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro.

### Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Para as debêntures emitidas em 2021, algumas cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia S.A.

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de junho de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

## Notas Explicativas

### ( 17 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 18 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

#### 17.1 Movimentações do plano de benefício definido:

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2020</b>	<b>563.509</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	24.991
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(44.566)
<b>Passivo atuarial líquido em 30/06/2021</b>	<b>543.934</b>
Outras contribuições	600
<b>Total passivo</b>	<b>544.534</b>
Circulante	84.177
Não circulante	460.357

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<u>1º Semestre 2021</u>	<u>1º Semestre 2020</u>
Custo do serviço	4.662	4.044
Juros sobre obrigações atuariais	76.613	64.954
Rendimento esperado dos ativos do plano	(56.284)	(51.289)
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>24.991</b>	<b>17.709</b>

#### 17.2 Premissas atuariais:

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,14% a.a.	6,14% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,75% a.a.	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.



## Notas Explicativas

### ( 18 ) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	425	425
Bandeiras tarifárias e outros	24.739	15.603
<b>Total</b>	<b><u>25.165</u></b>	<b><u>16.028</u></b>

**Bandeiras tarifárias e outros** – o saldo em 30 de junho de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em junho de 2021 e não homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”). E o saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e homologada durante o primeiro trimestre de 2021.

### ( 19 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	20.399	7.191
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	7.428	1.927
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b><u>27.827</u></b>	<b><u>9.118</u></b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	117.775	133.595
Programa de integração social - PIS	4.579	5.305
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	21.212	24.547
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	4.975
Outros	5.714	5.939
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b><u>149.281</u></b>	<b><u>174.361</u></b>
<b>Total Circulante</b>	<b><u>177.108</u></b>	<b><u>183.479</u></b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	159.203	158.239
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	4.588	3.720
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b><u>163.792</u></b>	<b><u>161.959</u></b>
<b>Total Não circulante</b>	<b><u>163.792</u></b>	<b><u>161.959</u></b>

**Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ:** no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro. O caso em questão refere-se a Mandado de Segurança que discutia a possibilidade de dedução da despesa de CSLL da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento em questão.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 20.

**Notas Explicativas****( 20 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>	29.644	8.715	30.870	8.663
<b>Cíveis</b>	14.138	10.971	16.548	11.322
<b>Fiscais</b>	265	190.273	230	178.284
Imposto de renda	-	171.455	-	170.411
Outros	265	18.818	230	7.873
<b>Outros</b>	1.058	-	1.046	-
<b>Total</b>	<b>45.104</b>	<b>209.960</b>	<b>48.695</b>	<b>198.269</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2021
Trabalhistas	30.870	1.730	(1.653)	(2.757)	1.454	29.644
Cíveis	16.548	5.858	(3.469)	(6.069)	1.270	14.138
Fiscais	230	86	(58)	-	6	265
Outros	1.046	-	-	-	11	1.058
<b>Total</b>	<b>48.695</b>	<b>7.674</b>	<b>(5.180)</b>	<b>(8.826)</b>	<b>2.741</b>	<b>45.104</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

**Perdas possíveis**

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estavam assim representadas:

	30/06/2021	31/12/2020	Principais causas:
Trabalhistas	62.056	65.598	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	318.990	297.863	Ações indenizatórias, danos elétricos, revisão de contratos e ações possessórias
Fiscais	329.287	327.353	Imposto de renda e contribuição social
Fiscais - Outros	285.548	267.754	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	3.392	3.178	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b>999.274</b>	<b>961.747</b>	

Em relação às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há

## Notas Explicativas

decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva pelo STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

### ( 21 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Consumidores e concessionárias	17.526	26.528	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	66.047	60.989	1.907	911
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	37.813	39.312	5.117	487
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	9.546	6.494	-	-
Fundo de reversão	1.486	1.527	7.116	7.879
Adiantamentos	9.758	30.582	2.046	2.376
Descontos tarifários - CDE	4.026	12.077	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	496	496	-	-
Folha de pagamento	1.799	2.413	-	-
Participação nos lucros	9.230	14.064	1.935	3.170
Convênios de arrecadação	17.456	17.402	-	-
Outros	3.256	3.803	-	-
<b>Total</b>	<b>178.438</b>	<b>215.688</b>	<b>18.121</b>	<b>14.823</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

**Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento:** a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente, a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Os recolhimentos a CDE serão realizados no dia 10 de cada mês, sendo que o primeiro recolhimento foi realizado no mês de abril de 2021.

### ( 22 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
<b>Total</b>	<b>53.096.770.180</b>	<b>53.096.770.180</b>	<b>100,00</b>

#### 22.1 - Aumento de Capital

Na AGE de 29 de abril de 2021 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 4.588, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2020

## Notas Explicativas

sem emissão de novas ações.

### 22.2 - Distribuição de Dividendo e Juros Sobre Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO de 29 de abril de 2021 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2020, através de (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 33.166 declarado em novembro de 2020, e (ii) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 63.690.

No primeiro semestre de 2021, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 111.904 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos na nota 23 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

## ( 23 ) LUCRO POR AÇÃO

### Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados.

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	104.339	266.280	47.390	178.545
<b>Denominador</b>				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770	53.096.770	53.096.770
<b>Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$</b>	<b>1,97</b>	<b>5,01</b>	<b>0,89</b>	<b>3,36</b>

Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

## Notas Explicativas

**( 24 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>				
<b>Classe de consumidores</b>				
Residencial	766.542	1.635.454	631.115	1.333.965
Industrial	128.879	259.827	98.153	222.310
Comercial	263.780	576.292	211.521	496.460
Rural	14.118	29.261	11.778	24.156
Poderes públicos	28.322	60.217	23.278	53.767
Iluminação pública	33.583	64.329	27.654	55.667
Serviço público	33.465	66.689	27.447	55.404
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>1.268.689</b>	<b>2.692.068</b>	<b>1.030.946</b>	<b>2.241.728</b>
Fornecimento não faturado (líquido)	(36.509)	(3.406)	(3.606)	15.866
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(585.356)	(1.249.591)	(476.950)	(1.023.461)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>646.824</b>	<b>1.439.071</b>	<b>550.390</b>	<b>1.234.133</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	14.081	28.785	12.521	44.081
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(4.311)	(9.100)	(3.461)	(7.167)
Energia elétrica de curto prazo	177.855	259.709	64.781	184.432
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>187.625</b>	<b>279.394</b>	<b>73.841</b>	<b>201.984</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	589.667	1.258.691	480.410	1.030.628
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	297.080	592.671	206.942	439.466
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(3.671)	(7.412)	(909)	(3.162)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	69.205	120.219	51.081	107.478
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	94.388	165.370	127.603	105.279
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	33.704	72.991	(9.604)	12.751
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	51.665	95.265	38.744	72.106
Outras receitas e rendas	24.389	47.319	18.528	39.464
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>1.156.427</b>	<b>2.345.114</b>	<b>912.795</b>	<b>1.804.010</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>1.990.877</b>	<b>4.063.579</b>	<b>1.537.028</b>	<b>3.240.128</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>				
ICMS	(293.199)	(624.338)	(232.050)	(504.208)
PIS	(30.599)	(62.099)	(24.527)	(50.770)
COFINS	(142.887)	(286.441)	(112.975)	(233.849)
ISS	(15)	(29)	(24)	(50)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(167.856)	(375.291)	(177.995)	(373.894)
Programa de P & D e eficiência energética	(12.212)	(24.661)	(9.262)	(19.431)
PROINFA	(13.282)	(26.095)	(12.352)	(25.880)
Bandeiras tarifárias e outros	(9.151)	(10.200)	29	30.305
Outros	(1.276)	(2.552)	(1.096)	(2.192)
	<b>(670.477)</b>	<b>(1.411.704)</b>	<b>(570.253)</b>	<b>(1.179.969)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.320.399</b>	<b>2.651.875</b>	<b>966.775</b>	<b>2.060.159</b>

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receita de operações com energia elétrica - em GWh</b>				
<b>Classe de consumidores</b>				
Residencial	1.026	2.187	979	2.039
Industrial	201	401	169	387
Comercial	387	847	349	824
Rural	27	57	28	57
Poderes públicos	43	92	40	93
Iluminação pública	78	156	79	158
Serviço público	57	113	55	111
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>1.819</b>	<b>3.853</b>	<b>1.699</b>	<b>3.669</b>
Consumo próprio	1	3	1	3
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>1.821</b>	<b>3.856</b>	<b>1.700</b>	<b>3.672</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	35	71	35	68
Energia elétrica de curto prazo	824	1.321	890	1.517
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>859</b>	<b>1.392</b>	<b>925</b>	<b>1.585</b>

	Nº de Consumidores	
	30/06/2021	30/06/2020
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>		
<b>Classe de consumidores</b>		
Residencial	1.739.744	1.693.149
Industrial	6.338	6.148
Comercial	82.793	82.497
Rural	7.174	7.267
Poderes públicos	8.280	8.221
Iluminação pública	2.362	2.339
Serviço público	1.287	1.267
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>1.847.978</b>	<b>1.800.888</b>
Consumo próprio	156	151
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>1.848.134</b>	<b>1.801.039</b>

**24.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos**

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 25.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

## Notas Explicativas

### 24.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em 20 de outubro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.792, relativo ao resultado da RTA de 2020, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2020, em +18,31%, sendo +15,76% referentes ao reajuste tarifário econômico e +2,55% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total percebido pelos consumidores é de +9,82%. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2020 a 22 de outubro de 2021.

Em 23 de outubro de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.627, relativo ao 5º ciclo de RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2019, em +1,88%, sendo -5,40% referentes ao reajuste tarifário econômico e +7,28% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -7,80% (conforme divulgado na REH), quando comparado às tarifas de aplicação definidas no RTA ocorrido em outubro de 2018. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2019 a 22 de outubro de 2020.

### 24.3 Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários

No primeiro semestre de 2021 e 2020, foi registrada receita de R\$ 95.265 (R\$ 72.106 no primeiro semestre de 2020), sendo (i) R\$ 9.327 (R\$ 14.135 no primeiro semestre de 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 68.509 (R\$ 54.244 no primeiro semestre de 2020) referentes a outros descontos tarifários, e (iii) R\$ 17.429 (R\$ 3.727 no primeiro semestre de 2020) de subvenção da CCRBT.

### 24.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.814, de 01 de dezembro de 2020 e REH nº 2.833, de 17 de fevereiro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, relativas à competência de janeiro e fevereiro de 2021, respectivamente.

A REH nº 2.834, de 02 de março de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, com vigência a partir da competência de março de 2021 até a aprovação do orçamento anual da CDE 2021 e respectivas quotas anuais.

Por fim, a homologação definitiva das quotas de 2021 se deu por meio da REH nº 2864, de 05 de maio de 2021.

## Notas Explicativas

### ( 25 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	154.590	337.415	191.185	361.963
PROINFA	15.903	32.324	12.841	24.386
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	652.848	1.208.360	471.602	978.543
Crédito de PIS e COFINS	(74.331)	(140.095)	(60.895)	(122.170)
<b>Subtotal</b>	<b>749.010</b>	<b>1.438.003</b>	<b>614.732</b>	<b>1.242.722</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				
Encargos da rede básica	128.204	260.319	83.203	177.235
Encargos de transporte de itaipu	16.418	31.964	13.764	26.854
Encargos de conexão	7.086	14.172	6.962	13.926
Encargos de uso do sistema de distribuição	5.470	9.692	3.533	7.847
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	36.275	97.517	(39.336)	(36.195)
Encargos de energia de reserva - EER	16.150	22.167	20.772	20.772
Crédito de PIS e COFINS	(19.388)	(40.313)	(8.223)	(19.464)
<b>Subtotal</b>	<b>190.215</b>	<b>395.518</b>	<b>80.676</b>	<b>190.976</b>
<b>Total</b>	<b>939.225</b>	<b>1.833.521</b>	<b>695.408</b>	<b>1.433.697</b>

(\*) Conta de energia de reserva

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Energia comprada para revenda - GWh</b>				
Energia de Itaipu Binacional	490	977	509	1.020
PROINFA	45	83	45	89
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.433	4.923	2.378	4.850
<b>Total</b>	<b>2.967</b>	<b>5.982</b>	<b>2.932</b>	<b>5.958</b>

## Notas Explicativas

### ( 26 ) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Trimestre											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas operacionais							
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	27.976	24.836	-	-	5.459	5.129	8.765	8.390	-	-	42.200	38.356
Entidade de previdência privada	12.495	8.015	-	-	-	-	-	-	-	-	12.495	8.015
Material	6.047	4.952	63	44	87	73	328	322	-	-	6.525	5.391
Serviços de terceiros	14.711	10.429	96	63	12.488	10.791	11.291	10.873	-	-	38.587	32.155
Custos com construção da infraestrutura	-	-	69.205	51.081	-	-	-	-	-	-	69.205	51.081
Outros	124	79	1	(1)	3.732	3.706	7.601	7.077	3.556	3.278	15.014	14.139
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.665	3.642	-	-	-	-	3.665	3.642
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	998	917	-	-	998	917
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	623	537	-	-	623	537
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	4.805	3.679	-	-	4.805	3.679
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	196	582	-	-	196	582
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	3.212	2.898	3.212	2.898
Outros	124	79	1	(1)	67	64	978	1.362	344	380	1.514	1.884
<b>Total</b>	<b>61.354</b>	<b>48.311</b>	<b>69.365</b>	<b>51.186</b>	<b>21.766</b>	<b>19.699</b>	<b>27.986</b>	<b>26.663</b>	<b>3.556</b>	<b>3.278</b>	<b>184.027</b>	<b>149.137</b>

	1º Semestre											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas operacionais							
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	53.501	48.940	-	-	10.409	9.908	16.059	16.511	-	-	79.969	75.358
Entidade de previdência privada	24.991	17.709	-	-	-	-	-	-	-	-	24.991	17.709
Material	10.962	10.240	140	103	182	155	980	727	-	-	12.263	11.225
Serviços de terceiros	29.137	23.856	217	167	24.751	22.543	21.395	21.250	-	-	75.500	67.816
Custos com construção da infraestrutura	-	-	120.219	107.478	-	-	-	-	-	-	120.219	107.478
Outros	209	156	(1)	(1)	7.620	7.736	13.406	13.328	7.571	7.274	28.805	28.493
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	7.478	7.602	-	-	-	-	7.478	7.602
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	1.983	1.886	-	-	1.983	1.886
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.028	968	-	-	1.028	968
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	7.500	6.947	-	-	7.500	6.947
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	326	724	-	-	326	724
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	6.884	6.524	6.884	6.524
Outros	209	156	(1)	(1)	142	135	2.570	2.804	688	750	3.608	3.844
<b>Total</b>	<b>118.799</b>	<b>100.900</b>	<b>120.575</b>	<b>107.748</b>	<b>42.962</b>	<b>40.342</b>	<b>51.839</b>	<b>51.816</b>	<b>7.571</b>	<b>7.274</b>	<b>341.746</b>	<b>308.080</b>



## Notas Explicativas

### ( 27 ) RESULTADO FINANCEIRO

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	3.269	4.898	4.752	7.036
Acréscimos e multas moratórias	13.620	27.079	11.638	24.706
Atualização de créditos fiscais	323	4.578	79	1.584
Atualização de depósitos judiciais	861	1.483	797	1.856
Atualizações monetárias e cambiais	11.389	20.265	(1.411)	53.176
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	593	1.223	661	1.467
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	2.351	3.764	1.508	1.508
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.743)	(3.518)	(1.113)	(2.337)
Outros	2.861	6.124	1.330	2.384
<b>Total</b>	<b>33.523</b>	<b>65.895</b>	<b>18.242</b>	<b>91.380</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(20.663)	(36.381)	(18.051)	(37.230)
Atualizações monetárias e cambiais	5.215	(949)	1.571	(3.451)
(-) Juros capitalizados	771	1.684	587	1.122
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	-	-	141	-
Outros	(4.120)	(6.117)	(2.422)	(5.201)
<b>Total</b>	<b>(18.797)</b>	<b>(41.763)</b>	<b>(18.175)</b>	<b>(44.760)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>14.726</b>	<b>24.132</b>	<b>67</b>	<b>46.620</b>

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 20.602 no primeiro semestre de 2021 (ganhos de R\$ 309.356 no primeiro semestre de 2020) (nota 30.b).

### ( 28 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 29 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro semestre de 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 2.338 (R\$ 3.036 no primeiro semestre de 2020). Este valor é composto por R\$ 2.242 (R\$ 2.932 no primeiro semestre de 2020) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 96 (R\$ 104 no primeiro semestre de 2020) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

#### Transações envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:

Empresas	Passivo		Despesa/custo	
	30/06/2021	31/12/2020	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
<b>Empresas</b>				
<b>Encargos - Rede básica</b>				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	28.198	22.697
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	224	134	1.495	-

## Notas Explicativas

### Transações envolvendo entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	7	-	58	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	1.372	1.283	1.151	1.045	-	-	(1.860)	(959)
Companhia Jaguarí de Energia	452	426	131	117	-	-	(2.064)	(1.983)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.637	1.540	134	107	-	-	(8.744)	(8.108)
CPFL Energia S.A.	51	67	-	-	-	-	(335)	(296)
CPFL Renováveis - Consolidado	49	-	7	-	-	-	(13)	(11)
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	1	-	-	-	-	-	-
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	503	487
CPFL Renováveis - Consolidado	14	-	-	-	84	76	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	2	-	-
<b>Contrato de Mútuo</b>								
CPFL Energia S.A. (*)	-	-	101.058	100.006	-	-	1.357	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	236.473	348.377	-	-	-	-
<b>Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	1.614	-	-	-	-	-	-
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	1	1	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (**)	356	476	7.004	9.034	-	-	9.892	11.419
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	936	898	-	-	6.138	3.850
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	316	335	-	-	1.967	1.728
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	13	8	-	-	34	26	-	-
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	70	-	-	1.005	486
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	191	181	-	-	1.141	1.040
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	175	166	-	-	1.076	916
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	-	290	149	-	-	1.245	980
FINERGY Sociedade de Crédito Direto S.A.	-	-	12	-	-	-	-	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	11	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	18	18	1.877	3.231	-	-	9.569	7.748
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	37.773
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	20	19
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	14.986	8.759	-	-	34.102	11.534
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	98	97	-	-	536	526
Campos Novos Energia S.A.	-	-	26.882	26.882	-	-	79.765	65.969
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	6.177	6.384	-	-	37.274	31.781
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	15.246	15.847	-	-	90.668	77.917
CPFL Renováveis - Consolidado	16	72	8.990	9.240	-	-	54.023	9.412
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	20	16
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	20	20
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	1	-	-	-	-	-	-
<b>Outras operações financeiras</b>								
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	160	-	-	(2)
<b>Outros</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	209	724

(\*) O saldo de mútuo passivo, no montante de R\$ 101.058 (R\$ 100.006 em 31 de dezembro de 2020), refere-se ao mútuo entre a controladora CPFL Energia com vencimento até 30 de dezembro de 2022, e remunerado a 107% do CDI ao ano.

(\*\*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no período. No primeiro semestre de 2021, do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como Ativo contratual da Companhia, o montante de R\$ 20.619 (R\$ 20.373 no primeiro semestre de 2020), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

## ( 29 ) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo

## Notas Explicativas

derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

### ( 30 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/06/2021	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	376.266	376.266
Derivativos	30	(a)	Nível 2	157.471	157.471
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	1.731.525	1.731.525
<b>Total</b>				<b>2.265.262</b>	<b>2.265.262</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	349.235	349.235
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	853.138	853.138
Debêntures - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	401.274	398.533
Debêntures - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	491.584	491.584
Derivativos	30	(a)	Nível 2	4.700	4.700
<b>Total</b>				<b>2.099.931</b>	<b>2.097.190</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho R\$ 21.709 no 1º Semestre de 2021 (R\$ 66.397 no 1º Semestre de 2020)

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

#### Legenda

##### Categoria / Mensuração:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias a pagar, (iv) FNDCT/EPE/PROCEL, (v) convênios de arrecadação, (vi) fundo de reversão, (vii) descontos tarifários – CDE, (viii) passivo financeiro setorial e (ix) mútuo entre coligadas, controladas e controladora.

Adicionalmente, não houve no primeiro semestre de 2021 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

#### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

## Notas Explicativas

- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no primeiro semestre de 2021 foi de R\$ 74.414 (R\$ 13.748 no primeiro semestre de 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

### b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o semestre findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de junho de 2021 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)					Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>	Ganho (Perda) na marcação a mercado				
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>									
<b>Hedge variação cambial</b>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	112.031	-	112.031	109.743	2.288	Euro + de 0,70%	CDI + 0,83%	mar/25	419.760
	<u>112.031</u>	<u>-</u>	<u>112.031</u>	<u>109.743</u>	<u>2.288</u>				
<b>Hedge variação índice de preços</b>									
Debêntures	45.440	(754)	44.686	32.475	12.211	IPCA + 4,30% a 5,80%	104,3% a 111,07% do CDI	ago/24 a maio/31	471.000
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(3.945)	(3.945)	3.571	(7.516)	6,16%	CDI + 0,69%	mar/24	340.000
	<u>45.440</u>	<u>(4.700)</u>	<u>40.741</u>	<u>36.046</u>	<u>4.695</u>				
<b>Total</b>	<u>157.471</u>	<u>(4.700)</u>	<u>152.771</u>	<u>145.788</u>	<u>6.983</u>				
<b>Não circulante</b>	157.471	4.700							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

<sup>(1)</sup> Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 30/06/2021
Para dívidas designadas a valor justo	332.314	(5.186)	(181.339)	145.788
Marcação a mercado (*)	24.158	(17.175)	-	6.983
<b>Total</b>	<u>356.471</u>	<u>(22.361)</u>	<u>(181.339)</u>	<u>152.771</u>
<b>Ativo circulante</b>	156.491			-
<b>Ativo não circulante</b>	199.980			157.471
<b>Passivo não circulante</b>	-			(4.700)

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente no 1º semestre de 2021 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

## Notas Explicativas

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 15 e 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente			
	2021		2020		2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Varição de taxas de juros	11.412	19.254	197	3.413	-	-	-	-
Marcação a mercado	(8.422)	(27.566)	12.679	2.334	(2.512)	(2.419)	778	3.425
Varição cambial	(99.304)	(24.440)	75.665	308.488	-	-	-	-
Marcação a mercado	33.915	12.150	(3.597)	(4.879)	196	660	-	(8)
<b>Total</b>	<b>(62.399)</b>	<b>(20.602)</b>	<b>84.943</b>	<b>309.356</b>	<b>(1.759)</b>	<b>(1.759)</b>	<b>778</b>	<b>3.417</b>

### c) Ativos financeiros da concessão

Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

### d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

### e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (euro, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

#### e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de junho de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

## Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(519.768)		(32.400)	105.642	243.684
Derivativos - swap plain vanilla	543.790		33.897	(110.525)	(254.946)
	<b>24.022</b>	baixa euro	<b>1.497</b>	<b>(4.883)</b>	<b>(11.262)</b>
<b>Total</b>	<b>24.022</b>		<b>1.497</b>	<b>(4.883)</b>	<b>(11.262)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>			<b>1.497</b>	<b>(4.883)</b>	<b>(11.262)</b>

(a) A taxa de cambio considerada em 30.06.2021 foi de R\$ 5,93 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 6,30 e a depreciação cambial de 6,23%, do euro em 30.06.2021.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do euro ser um ativo, o risco é baixa do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

### e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de junho de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	365.319				24.038	30.047	36.057
Instrumentos financeiros passivos	(340.126)				(22.380)	(27.975)	(33.570)
Derivativos - swap plain vanilla	(1.274.279)				(83.848)	(104.809)	(125.771)
	<b>(1.249.087)</b>	alta CDI	2,27%	6,58%	<b>(82.190)</b>	<b>(102.737)</b>	<b>(123.284)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(920.088)				(51.525)	(38.644)	(25.762)
Derivativos - swap plain vanilla	537.584				30.105	22.579	15.052
Ativo financeiro da concessão	1.731.525				96.965	72.724	48.483
	<b>1.349.022</b>	baixa IPCA	8,35%	5,60%	<b>75.545</b>	<b>56.659</b>	<b>37.773</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	236.527				15.563	11.673	7.782
	<b>236.528</b>	baixa SELIC	2,27%	6,58%	<b>15.563</b>	<b>11.673</b>	<b>7.782</b>
<b>Total</b>	<b>336.463</b>				<b>8.918</b>	<b>(34.405)</b>	<b>(77.729)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>					<b>518</b>	<b>302</b>	<b>85</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>					<b>8.400</b>	<b>(34.707)</b>	<b>(77.814)</b>

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

### f) Risco de crédito

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

#### Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

## Notas Explicativas

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

### Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2021 e exercício de 2020 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- e B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas (nota 30.b). A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2021 e exercício de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

## Notas Explicativas

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

### ( 31 ) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No primeiro semestre de 2021, a Companhia possuía um valor de R\$ 1.684 (R\$ 1.122 no primeiro semestre de 2020) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 27).

Ainda no primeiro semestre de 2021, houve o aumento do capital social (nota 22) da Companhia no montante de R\$ 4.588 (R\$ 4.588 no primeiro semestre de 2020), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2020.

### ( 32 ) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES

A partir de 1º de julho de 2021 e até o momento da aprovação destas informações contábeis intermediárias, foi adicionado aos Empréstimos e financiamentos a captação abaixo:

Modalidade	Liberado em julho/21	Pagamento de juros	Amortização de principal	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos	Condições restritivas
<b>Moeda nacional</b>						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	107.000	Semestral	Parcela única em junho/2024	7,3780% a.a.	CDI + 0,88% a.a.	(*)

(\*) Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia: dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75 e EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.



## Notas Explicativas

---

---

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

**LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO**  
Presidente

**YUEHUI PAN**  
Vice Presidente

**UBIRAJUÍ JOSÉ PEREIRA**  
Conselheiro

---

---

### DIRETORIA

---

**CARLOS ZAMBONI NETO**  
Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Financeiro  
e de Relações com Investidores

**ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA**  
Diretor de Assuntos Regulatórios

**RAFAEL LAZZARETTI**  
Diretor Comercial

**OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA**  
Diretor de Operações

**FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor Administrativo

---

---

### DIRETORIA DE CONTABILIDADE

---

**SÉRGIO LUIS FELICE**  
Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192.767/O-6

**ANA PAULA PERESSIM DE PAULO**  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
CT CRC 1SP217.200/O-6

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial -

KPMG Auditores Independentes  
Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí  
13024-001 - Campinas/SP – Brasil  
Edifício Dahruj Tower  
Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil  
Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205  
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Acionistas da  
Companhia Piratininga de Força e Luz  
Campinas - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos  
Contador CRC 1SP252906/O-0

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

### DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2021;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2021.

Campinas, 9 de agosto de 2021.

Carlos Zamboni Neto  
Diretor Presidente  
Chief Executive Officer  
CPF: 081.496.848-16

Yuehui Pan  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
Chief Financial and Investor Relations Officer  
CPF: 061.539.517-16

Ana Paula Peressim de Paulo  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras Accounting Manager of Distributors  
CT CRC 1SP217200/O-6  
CPF: 171.567.218-60

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Piratininga de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2021;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Piratininga de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2021.

Campinas, 9 de agosto de 2021.

Carlos Zamboni Neto  
Diretor Presidente  
Chief Executive Officer  
CPF: 081.496.848-16

Yuehui Pan  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
Chief Financial and Investor Relations Officer  
CPF: 061.539.517-16

Ana Paula Peressim de Paulo  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras Accounting Manager of Distributors  
CT CRC 1SP217200/O-6  
CPF: 171.567.218-60